

HISTÓRIA, LITERATURA E PERFORMATIVIDADE METAFICCIONAL: O NARRADOR COMENTARISTA EM PREDADORES E A SUL. O SOMBREIRO, DE PEPETELA

Mariana Sousa Dias
Orientador: Silvio Renato Jorge
Doutoranda

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar, por meio dos tangenciamentos entre as tessituras literária e histórica, a presença do narrador-comentarista nos romances *Predadores* (2005) e *A Sul. O Sombreiro* (2011), de Pepetela. Sem desconsiderarmos as principais questões teórico-metodológicas que definem e delimitam tanto a Pós-Modernidade quanto o Pós-Colonialismo, observaremos como a textualidade em questão dialoga com a Metaficção Historiográfica e problematiza não somente os transcurso sociopolíticos de Angola, mas também o engessamento das próprias categorias narrativas. Uma vez que a metodologia de escrita do autor alicerça-se predominantemente na ressignificação de memórias coletivas, recorreremos, em especial, às pesquisadoras Inocencia Mata (2006, 2010), Laura Padilha (2002) e Linda Hutcheon (1991, 2000) para enfatizarmos como a obra pepeteliana, a despeito das distopias pós-revolucionárias, persiste no desafio de projetar e de instigar ações que atendam às necessidades de Angola na contemporaneidade, sem hierarquizações ou silenciamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Pepetela; *Predadores*; *A Sul. O Sombreiro*; metaficção historiográfica; narrador-comentarista.

Introdução

Motivadas pela consciência de que a ficção é *locus* privilegiado no tocante à inscrição de coletividades – afetando sujeitos, ideologias e re(a)presentações culturais produtoras de sentido –, as Literaturas Africanas em Língua Portuguesa cada vez mais repensam suas formações e transcendem a autorreflexividade para viabilizar o agenciamento de novas diretrizes sociopolíticas. Ao discorrer acerca do entrelaçamento que envolve arte e africanidade, Patdé Diagne afirma que:

Em África, as questões atuais da cultura inserem-se numa problemática de renascimento. (...) A ideologia etnocentrista imperial sufocou as culturas nacionais do continente,(...) impôs instâncias socioculturais elaboradas dentro das suas próprias perspectivas, por referência aos seus interesses, aos seus valores, às suas linguagens e à sua ordem, que servem de cortina entre o povo e as suas instituições (...). O renascimento africano (...) tem o sentido de uma reconquista do espaço cultural de equilíbrio do homem africano. Ele é esforço de atualização e de integração na modernidade. Ele é a reação contra as hegemonias culturais, em particular europeias. (DIAGNE, 1977, p. 137-138)

Com intensa produção romanesca, iniciada na década de 1970, Pepetela representa para Angola um dos mais proeminentes nomes quando se considera os delineamentos do país e de suas gentes, seja devido à quantidade de títulos publicados, seja devido ao notável acolhimento da crítica especializada, evidenciado a partir do recebimento de homenagens como o Prêmio Camões, em 1997, e o Prêmio Internacional da Associação de Escritores em Língua Galega, em 2007. Conhecida por trabalhar tanto a história quanto a ficção a partir de novas perspectivas enunciativas, a obra pepeteliana revela o compromisso do autor com a angolanidade ao pensá-la e problematizá-la nos contextos pré e pós independência, considerando “a factualidade histórica no seu confronto com a idealidade cultural e histórica para encetar uma reinterpretação fundadora” (MATA, 2001, p. 174) a partir de espaços, personagens e vivências que transitam desde a organização do Império Lunda ao desencanto pós-revolução.

Os liames entre passado, presente e futuro são notoriamente estreitos na obra do romancista e evidenciam a necessidade de permanente investigação da trajetória nacional como releitura de uma tradição a ser traduzida na modernidade. A respeito de tal processo de composição, Rita Chaves afirma que:

Pepetela não hesita em seguir variados caminhos: recorre a mitos, vai às fontes da história, subverte-as; reinventa o passado; e critica,

satírica ou acidamente, o presente. O fato é que, se variam os procedimentos, um dado se mantém: a preferência pelo romance como gênero capaz de projetar as verdades que ele recolhe, veicula, inventa. Graças à sua capacidade de combinar capacidade analítica com uma dose de transfiguração do real, o gênero se mostra ao escritor uma via adequada para melhor abrigar as suas interrogações e discutir os fragmentos apanhados da realidade angolana (...). Aproveitando, do gênero, o senso de historicidade, a lógica da causalidade histórica, Pepetela organiza a sua visão do que tem sido aquela sociedade. E, combinando elementos internos ao quadro literário angolano com as marcas provenientes de outros processos, ele vai escolhendo as referências que melhor podem servir à sua proposta. (CHAVES, 2005, p. 87).

Acreditamos que a mediatização literária de Pepetela vai além do questionamento da história: torna-se intervenção política e estrutura um projeto nacionalista subsidiário, que propõe a visão heterotópica segundo um programa em que “o país ideal ainda se pensa, mas com novos ingredientes e estratégias, porque os fundamentos são outros” (MATA, 2010, p. 16). Há, assim, um interesse ideológico ou até mesmo pedagógico de sua escrita: o de articular a história e as histórias, a tradição e a modernidade, o canônico e o marginalizado, a fim de restituir as esperanças de transformação do panorama atual.

Para superar o processo português de superposição, a literatura angolana vem resgatando, nas trajetórias de suas coletividades, elementos e discursos a serem traduzidos nas experiências contemporâneas, visando a formação de um ser e estar efetivamente nacionais. Destacam-se, partindo de tais premissas, os problemas relativos aos processos de emancipação cultural, posto que:

Pelas suas características e duração histórica, a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural, não só nas colônias como no seio da própria sociedade portuguesa. (...) Esta impregnação colonial do poder, longe de ter terminado com o colonialismo, continuou e continua a reproduzir-se. (...) O fim do colonialismo político não determinou o fim do colonialismo social. (SANTOS, 2006, p. 212)

A importância de olhares comprometidos com a revisão do discurso histórico, desta forma, é determinante para o objetivo de “aprender a desaprender, já que os cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 212). É em meio a uma turbulência de referências que Angola busca legitimar suas

próprias facetas, não mais encontrando “o rosto do opressor projetado no espelho barrado da História, mas sua própria face ali refletida” (PADILHA, 1996, p. 98).

De acordo com essas premissas, tornam-se nítidas as relações entre patrimônio cultural e história, suportes de retenção e, por consequência, de ratificação, que se dá a princípio no revisitar do saber canônico. A partir da seleção, versões são escolhidas e sequenciadas, passando a circular entre os homens como o discurso histórico, que apresenta e explica o passado a partir dos registros oficiais: é justamente com a problematização desses discursos cristalizados que Pepetela questiona a fala unívoca e totalizante para propor outros olhares sobre os fatos.

Performatividade, ideologia e metaficção: a (re)escrita de Angola em Predadores e A Sul. O Sombreiro

Ao considerarmos que o autor transfigura literariamente elementos históricos, rejeitando uma apresentação mimética dos fatos, torna-se inevitável ressaltarmos as convergências entre sua obra e determinados pontos estabelecidos por Linda Hutcheon no tocante à metaficção historiográfica, tópico fundamental quando se fala em produção artística contemporânea. Ao apresentar o conceito, a autora indica referir-se:

Àqueles romances (...) que são intensamente auto-reflexivos e mesmo, assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos. (...) A autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas passa a ser base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. (HUTCHEON, 1991, p. 21 -22)

Uma vez que a metaficção historiográfica é relacionada à paródia e, em especial, ao pós-modernismo – categorizado pela maioria dos estudiosos como movimento europeu / americano –, estaria inicialmente afastada das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, bem como de suas etapas particulares de desenvolvimento. Contudo, muitos aspectos são reveladores da inequívoca influência pós-moderna sobre a escrita africana contemporânea.

Inocência Mata explicita tal presença ao destacara reconstrução da história por meio da subversão, da desconstrução e da recriação, explorando ao máximo a literariedade:

Nesse contexto, a obra romanesca de Pepetela pode considerar-se partilhando características do romance histórico pós-moderno, porque não busca o passado para o fixar ou celebrar ou para conhecer a

história cumprindo um dever patriótico, mas para o interrogar e, através dessa interrogação, chegar à compreensão. A sua escrita, então, faz-se da subjectivização da História, da transcendência da História e da auto-reflexividade – que são as três características da novelística pós-moderna. (MATA, 2006, p. 60).

Laura Padilha evidencia-nos, ainda, a necessidade de rechaçarmos posturas fechadas no tocante ao diálogo com a metaficção historiográfica, uma vez que:

Se penso não apenas no aspecto da produção do texto literário e se, mesmo nesse aspecto, me aproximo dos dias atuais, **e se tomo ainda a questão do pós-modernismo como um saber (...), considerando a crítica literária como parte desse saber, talvez eu possa minimizar a exclusão do conceito no trato com as literaturas africanas.** (PADILHA, 2002, p.18 – Grifos nossos).

Na escrita de Pepetela, a história é construído que opera simultaneamente como intertexto e extratexto, criando o espaço de dispersão a partir das quais grandes narrativas passam a ser revisitadas sob um olhar questionador e, acima de tudo, irônico. Evidencia-se-nos, assim, uma habitação de silêncios que chama atenção para o implícito, tanto na face literária quanto na histórica: a enunciação irônica exige um “juízo”, seja em relação ao que é de fato verídico ou não na historiografia, seja em relação às intenções do autor com o seu discurso.

Segundo as mais arraigadas concepções, a ironia é uma figura de linguagem por meio da qual se diz o contrário do que se quer dizer. Entretanto, ironia e mentira não são a mesma coisa: enquanto o enunciador da mentira não quer ser descoberto, o enunciador irônico revela sempre uma opinião, mostrando a realidade por um ângulo inesperado.

Desta forma, a viabilização da ironia se dá a partir de duas acepções: a do ironista e a do interpretador. Assim:

A pessoa geralmente chamada de ironista (...) é aquela que pretende estabelecer uma relação irônica entre o dito e o não dito. O interpretador, por sua vez, é aquele que apreende a existência de “significado em acréscimo ao que se afirma – e diferentemente do que se afirma – uma atitude para o dito e o não dito. (HUTCHEON, 2000, p. 28)

O reconhecimento da ironia e de seus desdobramentos é possibilitado, essencialmente, devido ao fato de que “as comunidades discursivas a tornam possível” (HUTCHEON, 2000:37) ao compartilharem experiências e pontos de vista. Embora a literatura seja uma expressão essencialmente dialógica, tal condição ganha ainda mais

força quando se considera a obra de Pepetela, uma vez que afasta o leitor da passividade e o empondera à condição de sujeito:

A ironia raramente envolve uma simples decodificação de uma única mensagem (...) é um processo semanticamente complexo de relacionar, diferenciar e combinar significados ditos e não ditos – e faz isso com uma aresta avaliadora. **É, também, (...) um processo moldado culturalmente. (...) É a comunidade que vem na frente e que, de fato, torna possível a ocorrência da ironia.** (HUTCHEON, 2000, p. 134 – Grifos nossos)

Muitas são as questões a serem observadas quanto aos recursos utilizados por Pepetela ao compor a dialogicidade através do olhar irônico. Privilegiaremos, neste trabalho, as intervenções do narrador-comentarista onisciente, que funcionam como reflexões concomitantes às falas dos narradores. Temos, desta forma, um recurso que o situa fora dos acontecimentos apresentados, mas não do contexto ficcional/narrativo, frisando a presença da voz autoral ao estabelecer claros limites entre narradores e autor.

Os narradores-comentaristas em *Predadores* e *A sul. O Sombreiro* não são experimentos isolados de narrativa diferenciada na escrita pepeteliana. Dentre os muitos romances históricos do autor – *Mayombe* (1980), *O cão e os caluandas* (1985), *Yaka* (1985), *Lueji, o nascimento de um Império* (1990) e *A gloriosa família* (1997), por exemplo – temos narrativas não-lineares, entrecortadas pelas vozes de vários narradores. Da mesma forma, a própria presença do narrador-comentarista surge também em romances policiais, como *Jaime Bunda, Agente Secreto* (2001) e *Jaime Bunda e a Morte do Americano* (2003).

Nas obras escolhidas para o nosso estudo, entretanto, a presença de inserções destacadas pelo uso de colchetes e itálico evidencia-nos uma autorreferencialidade propriamente metaficcional, uma vez que tratamos de enredos baseados em dois longos períodos da trajetória angolana: um fundacional e outro contemporâneo. Ao apresentar-nos um amplo panorama dos percursos de Angola, Pepetela desvenda-nos, assim, “os andaimes configurados na arquitetura da obra” (HUTCHEON, 1991, p. 126), dessacralizando não apenas paradigmas do fazer histórico, mas também do próprio fazer literário. Tal elaboração enfatiza o caráter essencialmente ideológico de seu papel, já que “cabe ao intelectual representar o sofrimento coletivo do seu próprio povo, de testemunhar suas lutas, de reafirmar sua perseverança e de reforçar sua memória” (SAID, 2000, p. 49).

Dividido em vinte capítulos sem títulos, *Predadores* (2008) traz à tona a história angolana de novembro de 1974 a dezembro de 2004. O título da obra remete-nos não aos animais das exóticas selvas africanas, mas sim àqueles que se alimentam de outros seres vivos, destruindo-os violentamente: os emergentes angolanos, que devoram as riquezas do país através da corrupção.

O romance narra a história da ascensão social, econômica e política do empresário Vladimiro Caposso que, ajudado pelo governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), torna-se um poderoso empresário. A figura de Vladimiro representa a burguesia que conduz a transição do estado planejado para a economia de mercado, fomentando o processo de concentração de rendas e a decorrente estratificação social, uma vez que “a regra do novo regime era essa, ninguém gastava dinheiro inutilmente com a coletividade. O dinheiro só servia para produzir mais dinheiro e para esbanjar em ações de prestígio” (PEPETELA, 2005, p. 405).

“Homem de impecável fato azul” (PEPETELA, 2005, p. 15), Vladimiro é apresentado já ao início do enredo como o assassino de um casal – sua amante, Maria Madalena, e Toninho – durante uma passeata política, no período pós-colonial:

Caposso apontou com frieza do lado de fora do quarto, retendo a respiração, como aprendera da arte de bem disparar. Esvaziou o carregador da pistola. (...) Entrou no quarto, empurrou com o cano da pistola o corpo do homem morto. Verificou que ela também estava morta, três buracos perto do coração. Nem souberam porquê morreram, foi uma pena (...). Dava no mesmo. Não era por eles que fazia essa matança, era por si próprio. (PEPETELA, 2005, p. 16)

O protagonista tira proveito da manifestação que estava ocorrendo nas ruas para acobertar o assassinato, pois o barulho vindo de fora abafaria os tiros:

Na rua acontecia uma grande passeata política, com muitos carros cheios de gente agitando bandeiras rubro-negras, cartazes. Jovens de camisolas vermelhas e punhos erguidos, gritando slogans e canções políticas. Faltava apenas uma semana para as eleições. (PEPETELA, 2005, p. 15)

Vladimiro serve-se do momento político para encobrir o crime passional, ao deixar um bilhete atribuindo o assassinato à UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola. Tal ato revela o caráter frio e oportunista do personagem, que como de não mede esforços para conseguir o desejado.

A primeira intromissão da “voz autoral” em *Predadores* ocorre não para apresentar-nos Caposso, mas para situar a própria presença do narrador-comentarista e a maneira utilizada por ele para desvelar-nos os fatos:

Vladimiro Caposso pela primeira vez sorriu, a audácia triunfava sempre, ele sabia jogar com a psicologia do momento, por isso chegara ao ponto de vida onde estava.

[Qualquer leitor habituado a ler mais que um livro por década pensou neste momento, pronto, lá vamos ter um flashback para nos explicar de onde vemeste Vladimiro Caposso e como chegou até o que é hoje. Desenganem-se, haverá explicações, que remédio, mas não agora, ainda tenho fôlego para mais umas páginas sem voltas atrás na estória, a tentar a História. E desde já previno, este não é um livro policial, embora trate de uns tantos filhos de puta. (...) Previno que haverá muitas misturas de tempos, não nos ficaremos por este ano de 1992, em que houve as primeiras eleições, iremos atrás e iremos à frente, mas só quando me apetecer e não quando os leitores supuserem, pois democracias dessas de dar a palavra ao leitor já fizeram muita gente ir parar ao inferno e muito livro para o cesto do lixo.]
(PEPETELA, 2005, p. 21 – Grifos nossos)

Os flashbacks que explicam as origens de Caposso somente aparecem a partir do capítulo 4, que se passa durante o ano de 1974, quando ele era ainda um jovem pobre e sem a ambição que o caracterizaria nas décadas posteriores. No capítulo, há uma irônica crítica ao MPLA, relativa à mudança da sede da delegação do partido de um bairro pobre, o Rangel, para um bairro burguês, a Vila Alice, que é extensiva aos desvios de conduta que o protagonista sofre com o decorrer dos anos:

O Rangel devia ser a delegação principal, assim fora decidido e por essa razão ali fizeram o primeiro comício, Lúcio Lara gritando pela Independência Completa e o povo gritando Poder Popular, mas a prática e não a vontade dos homens puxou o centro do poder para o asfalto, deixou o musseque Rangel para delegação secundária e se postou na Vila Alice como sede. *[Logo então alguns céticos teimosamente esquerdistas resmungaram, começam a capitular às delícias do capitalismo, Vila Alice é um bairro pequeno-burguês detestado pelas massas populares, esse MPLA nunca fará a revolução proletária].* (PEPETELA, 2005, p. 96)

O questionamento de determinadas ações do MPLA denuncia os possíveis pontos em que houve a falha do projeto utópico do período revolucionário. Já no ano de 1977, Pepetela apresenta a realização de execuções em massa por todo o país, obrigando

Caposso a aliar-se ao MPLA. Ele, entretanto, não era envolvido de fato com motivações políticas:

Caposso nem chegou a ser avaliado nas reuniões magnas, (...). Dada a sua baixa idade, rondava os vinte e dois anos, foi automaticamente enviado para a Juventude do partido e aí os procedimentos eram relativamente simples. *[Para ele foi ótimo, as coisas eram bem mais animadas na Jota, organizavam jogos de futebol, festas, comemorações, festivais de música, passeios, comícios, etc., aliando a política ao entretenimento. Algumas vezes levava Bebiana a essas excursões político-culturais e numa delas engravidou-a].* (PEPETELA, 2005, p. 108)

Com seu tom aparentemente desprezencioso, Pepetela desvela-nos uma série de práticas perniciosas já no estabelecimento do governo pós-colonial. Como exemplo, nota-se o o esquema dos cartões de racionamento implementado pelo próprio partido durante a década de 80, utilizados para comprar cerveja a ser estocada e depois revendida:

“[(...) o lucro permitia ou acumulação de dinheiro (...) ou compra de bilhetes de avião para ir em adquirir produtos baratos na Europa e revender em seguida em Luanda a preços elevadíssimos, sempre lucrando. Uma verdadeira fonte de renda para os envolvidos].” (PEPETELA, 2005, p. 354).

A crítica às configurações que o MPLA foi adquirindo torna-se ainda mais contundente na descrição um congresso do partido no ano de 1985, apontando, de um lado, o autoritarismo de uns e o completo descaso de outros:

Bendito seja o congresso que não o elegeu *[o tal congresso que ficaria na História como o mais ortodoxo de todos os realizados e o culminar das guerrilhas internas para a absoluta centralização da autoridade. Alguns analistas mais ousados dataram daqui o surgimento em pleno dia da até então semi-escondida seita religiosa no interior do partido, com todo ritual desenhado para o culto litúrgico do chefe, enquanto alguns frustrados chegaram a chamá-lo de congresso-da-usurpação-do-poder].* Ele, Vladimiro Caposso, bem se marimbava para tudo isso, que se usurpassem uns aos outros, todos no fundo eram iguais, (...). Ele fora um dócil instrumento, mas agora se libertava e passara a ser não só uma pessoa singular como pessoa importante, nunca mais usada como utensílio. (PEPETELA, 2005, p. 234)

A fala do narrador-comentarista no trecho deflagra que as próprias dinâmicas do MPLA progressivamente desviaram não somente Vladimiro Caposso, agora já um homem importante, mas o projeto de nacionalidade, comprometido pela centralização. Questiona-se, neste ponto, por quem e para quem se governava. Obviamente, Pepetela

mostra-nos a força da globalização e dos processos econômicos neste processo, articulando inclusive a discussão econômica à produção literária:

[Antecipo-me, dizendo, estou de acordo com os sempreamáveis leitores, também é puxar demais a corda para esta coincidência, aliás absolutamente inútil para o decorrer da estória, a qual poderia acabar da mesma maneira sem esta deriva forçada, é fazer os leitores de parvos, como se na vida estas coisas acontecessem, um personagem encontrar outro na imensidão de um continente que além de conhecer um país africano sem qualquer relevância na cena mundial, conhece alguém próximo do primeiro personagem, (...) Pois é, por ser exagerado de mais é que ponho esta coincidência aqui, adoro inverossimilhanças, impossibilidades, arriscar ser chamado de excessivo, incapaz de medir consequências e mesmo, o pior de tudo num escritor, desleixado. Nem imaginam como me confortam as vossas críticas e maledicências... Por outro lado, escolher um terceiro americano para interferir mais tarde na vida de Caposso, criar-lhe

uma voz e um rosto, além de um passado me parece ser demasiado dispendioso, contrário à conhecida teoria da economia literária, sobretudo neste século de ideologia dominada pelo fundo Monetário Internacional. Que o diabo decida entre as duas possibilidades.] (PEPETELA, 2005, p.190-191)

Em *A Sul. O sombreiro*, por sua vez, Pepetela dedica-se à terra natal: Benguela. O romance traz a Angola dos séculos XVI e XVII, quando Portugal estava sob governo da Espanha. De maneira mais precisa, apresenta-se a conquista do então Reino de Benguela, localizado ao sul de Luanda, para além do rio Kwanza. A sul, portanto, localizava-se a rota ambicionada para se chegar às grandes minas de cobre que estavam no “sombreiro”, ou seja, na Baía da Torre, cuja forma é a de um chapéu largo, um sombreiro mexicano.

A Companhia de Jesus, fundada no século XVI com forte caráter missionário, detinha grande poder político e influência na colônia angolana. Os jesuítas recebiam privilégios e gozavam de relações estreitas com D. Filipe, rei de Portugal, intervindo nos jogos de poder e auxiliando seus protegidos – caso de Manuel Cerveira Pereira, o temido e cruel conquistador de Benguela. A expansão do território não se afigura facilmente e prescinde sobretudo de alianças, quer com a metrópole, quer com as tribos guerreiras locais. São tempos durante os quais imperam a cobiça, a traição, a falta de escrúpulos, o enriquecimento numa terra de imensos recursos e oportunidades, o que nos leva a pensar na própria Angola dos dias contemporâneos, delineada ao longo da narrativa de *Predadores*.

O enredo volta-se principalmente a duas personagens, uma histórica, Manuel Cerveira Pereira, conquistador de Benguela, e uma ficcional, Carlos Rocha, um negro livre. Manuel Cerveira Pereira, figura histórica angolana, é a representação do conquistador implacável, sanguinário e corrupto, homem inflexível que “não gostava de falinhas mansas” (PEPETELA, 2011, p.17). Obedecia ao rei e aos padres quando lhe convinha, almejando apenas seu enriquecimento no promissor território. Carlos Rocha, por sua vez, é um jovem luandense negro que foge de seu pai alcoólatra, com medo de ser vendido por ele em pagamento das dívidas nas tabernas.

Carlos Rocha é apontado como descendente de Diogo Cão, logo ao início do romance:

Quem olhasse para Carlos Rocha não diria, este homem tem sangue de branco. Escuro e de carapinha. Os lábios menos grossos talvez servissem de pista. (...) Com efeito, o seu bisavô era um dos capitães de Diogo Cão (...). À boca pequena se dizia ter sido, não um oficial, mas o próprio Diogo Cão que pusera barriga numa princesa do reino, princesa do Soyo. (...) [*Por aí se vê como os mujimbo podem ser teimosos, resistindo ao tempo e muitas vezes às evidências contrárias*]. (PEPETELA, 2011, p.26)

Tal informação é extremamente relevante para a apresentação de Carlos Rocha, “branco de cor preta” (PEPETELA, 2011, p. 36) que andava com trajes portugueses, era cristão, possuía um escravo e desejava enriquecer por meio da exploração de ouro e cobre. Em seguida, o narrador-comentarista surge:

[Aproveitando a deixa, adianto dizer que o rumor sobre a origem principesca de Carlos Rocha é mito muito comum que passou para o outro lado do Atlântico. Não é de fato raro que um brasileiro ou, sobretudo, uma brasileira, com alguma vaga ascendência africana, afirme com todo o orgulho, meus avós eram escravos, vieram da África. Rematando invariavelmente, na maior candura, era um príncipe. Ou uma princesa, tanto faz. Como se príncipes fossem escravos! Terá acontecido uma singularidade dessas por lutas de poder, eventualmente. Os príncipes e outros chefes eram mas é vendedores de escravos, grito eu, furioso. Inutilmente, como é óbvio. Mito serve para compensar frustração, serve de ensurdecedor social] (PEPETELA, 2011, p. 26-27 – Grifos nossos)

É clara, neste ponto, a tentativa de desvitimização do escravo africano, figura estigmatizada no cenário brasileiro como objeto, ser subjugado. Explicitam-se, neste ponto, quão eram complexas as relações de escravidão dentro das próprias sociedades africanas, que possuíam dinâmicas próprias de troca e venda de pessoas.

Ao apresentar a fundação do Reino de Benguela por Diogo Cão, sob a justificativa oficial de que não havia “melhor porto, terra de mais frutíferos ares, fértil e

abundante para para o mantimento da terra” (PEPETELA, 2011, p. 224), o narrador-comentarista indica-nos:

[O espantoso nesta carta e em muitos outros relatórios de igual proveniência é o facto de o Cerveira sempre referir o clima como argumento decisivo na escolha, talvez por ter medo de revelar o verdadeiro motivo, imposição de Kianda, o ser mais mítico das águas do mar, charcos ou rios. Tal confissão podia ser mal interpretada, levando o rei católico a antecipadamente se arrepender depôr à frente de uma conquista tão importante um homem com perturbações mentais, dando valor a avisos do diabo. De facto não seria novidades. O governador chegou em maio de 1617, tendo desembarcado no mesmo 17, altura do ano mais fresca e sem chuva, mas com aqueles restos de humidade que fazem o capim estar verdinho, dando a ideia, com muito boa vontade, de prados da Europa. Compreende-se o erro. Mas designar areas salutíferos os respirados no meio de pântanos já é mais difícil de aceitar. E que os dois rios, Cavaco ou Maribombo e Corinje, corram com excelente água é a mais deslavadas mentiras, pois só tem água nos últimos séculos (e os arqueólogos geológicos poderiam apontar para milénios, para tanto não me arriscando eu) durante três ou quatro dias por ano, numa enxurrada de água barrenta depressa absorvida pela secura dos leitões. Quase sempre, para beber é preciso cavar cacimbas e rezar. Terá sido assim desde o primeiros vestígios, não havendo razão para alterações, pois se desconhece existência de falhas geológicas, vulcões, furacões ou outros fenómenos modificando bruscamente o clima ou roubando a água dos rios.] (PEPETELA, 2011, p.225 – Grifos nossos)

Ao mesmo tempo em que fornece informações ao leitor, o narrador-comentador neste último excerto, por meio da ironia, contesta as decisões tomadas por Cerveira Pereira e chama a atenção para sua capacidade de convencer o rei através de relatórios mentirosos. Vê-se ainda expressamente a valorização das culturas africanas, através da reverência feita aos poderes da Kianda, ao passo que se critica o fato de os portugueses não terem interesse em adotar os valores e tradições locais:

Mas, contaram os comerciantes, estavam em Calicassamba [Aviso desinteressado aos leitores: inútil procurar os nomes num mapa, pois eles estão bem escritos, vindos todos da tradição oral e corrompidos pela péssima audição dos portugueses para as nossas línguas, nem fazem parte da paisagem há muito tempo.] a resgatar peças e com grande apreensão, pois muito próximo era o acampamento temporário do grande jaga Imbe Kalandula, o maior de todos, reconhecido amigo do inglês. (PEPETELA, 2011, p.41)

A desvalorização cultural – agora por meio da rejeição das línguas locais e imposição da língua portuguesa – evidencia novamente a exigência de adequação do dominado aos moldes do colonizador. Destaca-se, ainda, a culpabilização da “péssima audição dos portugueses para as nossas línguas” que alterou a pronúncia popular para a escrita oficial, transfigurada pelo olhar português.

Conclusão

Buscamos reforçar, no presente trabalho, como Pepetela aponta a necessidade de rescindir determinadas limitações para garantir a legitimação da heterogeneidade, como analogia à fragmentação social e aos diversos discursos, trajetórias e feições dessa sociedade. Para alcançarmos nosso objetivo é necessário, inicialmente, buscar os elementos sociopolíticos e o ideário que alicerçam os enredos. Desestabilizar essencialismos e garantir o equilíbrio entre identidades plurais e parciais torna-se, assim, o objetivo mais claro. A mediação que busca definir a nação como construto, para viabilizá-la, exige novas fronteiras. O caminho escolhido por Pepetela foi revisitar o discurso historiográfico para questioná-lo e subvertê-lo a partir dos meandros que envolvem história, memória e ficção, percebemos nas obras um tom crítico, mas acima de tudo, esperançoso pela união e pela definição de novos rumos.

Neste ponto, fica a clara a concepção da ideia de nação como uma interseção de metáforas. É de tal maneira que Pepetela se propõe a contribuir com o processo de elaboração das referências simbólicas angolanas e com a própria institucionalização literária, uma vez que estão inevitavelmente interligados. Ao falar sobre o conceito de angolanidade, o escritor diz, em entrevista:

No fundo, todos procuramos isso. O que é isso? Um conceito abstrato. Tenho a impressão que ninguém sabe muito bem o que é. No fundo, não conseguimos até hoje teorizar, definir o que é isso de angolanidade. Isto, embora esteja patente na obra dos escritores angolanos, claro. Creio que é um conceito que se vai procurar ainda durante muito tempo. (CHAVES; MACÉDO, 2009, p. 39)

Verificamos, assim, que os estudos tocantes às tensões entre a história e a escrita literária, no caso específico de Pepetela, são fundamentais para a apreensão da realidade sociopolítica angolana e evidenciam o papel do ficcionista como intelectual que se propõe a revisitar a história do país para “corrigir rumos e preencher vazios” (CHAVES, 2009, p. 105) pensando a (re)construção das memórias culturais angolanas a partir da metaficcionalidade:

O procedimento pós-colonial angolano convoca tempos e lugares de utopia e distopia, que se entrecruzam num dispositivo textual em que se torna recorrente o jogo entre construção identitária e seu questionamento. (...) Por isso, também o modelo pós-colonial é caracterizado pelo recurso à história, porém não com o figurino de uma recordação nostálgica ou necessariamente canibalesca: essa rememoração pode ser – e em Pepetela é-o frequentemente – irônica e paródica, no sentido em que este procedimento pode ser considerado como verberação internalizada. (MATA, 2010, p. 37)

Procuramos enfatizar a revitalização de símbolos que remetam à angolanidade como substância aglutinadora, mote do autor ao encontrar novas possibilidades para o país real, não para o país ideal. Logo, unidade e uniformidade são duas concepções



diversas, sendo a primeira a objetivada pela sua escrita, legitimando a “afirmação não da uniformidade centralizada, mas da comunidade descentralizada” (HUTCHEON, 1991, p. 29) em prol da valorização da mosaicidade cultural angolana.

REFERÊNCIAS

1. Livros

AGUESSY, H.; ALPHA, S.; BALOGUN, O. & DIAGNE, P. *Introdução à Cultura Africana*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHAVES, R. & MACÊDO, T. (Orgs.). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2005.

HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Tradução de Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução de Ricardo Cruz Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MATA, I. *Ficção e História na literatura angolana: o caso de Pepetela*. Edições Colibri: Lisboa, 2010.

_____. *Laços de memória e outros ensaios sobre literatura angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006.

PEPETELA. *A Sul. O Sombreiro*. São Paulo: Leya, 2012.

_____. *Predadores*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

2. Capítulos de livros

PADILHA, L. “Literaturas africanas e pós-modernismo: uma indagação”. In: JORGE, S. R. *Literaturas de Abril e outros estudos*. Niterói: EdUFF, 2002.

SAID, E. “Manter nações e tradições à distância”. In: *Representações do intelectual*. Tradução de Milton Hatoum. Lisboa: Colibri, 2000.